

Capítulo 1: Um panorama da Primeira República

Marcado por um significativo desenvolvimento da tecnologia e por importantes transformações no campo do pensamento, o final do século XIX foi atravessado pelo sentimento de mudança e aceleração. No Brasil, as ideias características do período, ligadas ao liberalismo e à modernidade, estiveram presentes desde a década de 1870, quando a monarquia passou a ser sistematicamente questionada em suas práticas e princípios.

Fundado em 1870, o Partido Republicano buscava, principalmente, combater a centralização política e instaurar um novo sistema de representação no país, através da criação de uma República Federativa. Junto com o movimento republicano, cujo ato inaugural foi a publicação do Manifesto no jornal “A República”, no mesmo ano, surgiram as críticas à excessiva proximidade entre o Estado e a Igreja, à permanência do regime escravista e à centralização do poder imperial - proporcionada pela continuidade do Poder Moderador e pela pouca autonomia das províncias.

“Para colocar o país no ‘nível do século’ era necessário renovar – ou suprimir – as instituições monárquicas, o que significava atingir o seu sistema simbólico através da cultura. Foi nesse sentido que se deu o repúdio ao romantismo, ao ecletismo, ao clericalismo, ao ensino retórico e jesuítico”¹.

Obra fundamental do republicanismo brasileiro, o Manifesto

“adotou tom moderado e inespecífico, buscando não impedir a adesão de liberais descrentes da monarquia e de escravocratas descontentes com a política abolicionista do Império”².

Tamanha generalidade refletiu-se na falta de pragmatismo dos primeiros anos do novo regime, uma vez que os republicanos, ao derrubarem o Império, ainda não haviam definido claramente o tipo de governo que pretendiam formar. Nas palavras de Renato Lessa,

1 M. T. C. de Mello, *A república consentida*, p. 121.

2 R. Lessa, *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*, p. 39.

“É um engano supor que o Golpe de Estado de 15.11.1889 foi a materialização de um projeto de utopia, lentamente amadurecido por duas décadas de ação republicana. Talvez seja mais prudente supor que a relevância da propaganda republicana se deve, apenas, ao fato de que se proclamou uma república, que lhe reivindicou como memória”³.

Em seus primeiros anos a república enfrentou, portanto, um grave problema: a necessidade de construir instituições capazes de rotinizar a política, substituindo satisfatoriamente aquelas eliminadas com o fim do Império. Cabe ressaltar que, conforme foi dito anteriormente, os republicanos não formaram um grupo homogêneo e coeso, o que tornava ainda mais complexa a tarefa de estabelecer novos padrões para o governo nacional. Era necessário, primeiro, dirimir as várias disputas internas do movimento republicano.

Apesar de sua recente organização, o Partido Republicano se apresentava como herdeiro de uma tradição brasileira iniciada ainda no século XVIII com a Inconfidência Mineira, e consolidada pela Revolução Pernambucana de 1817. Outra estratégia de legitimação mobilizada pelo partido fora a sua identificação direta com a tradição maior partilhada por todo o continente americano, da adoção de formas republicanas de governo, após a independência, iniciada pelos Estados Unidos e logo adotada pelas mais diversas nações latino-americanas. Desta forma, buscava-se estabelecer um caráter de legitimidade fundado numa tradição nacional supostamente republicana e não monárquica, como tentara fazer o Império.

A década de 1880 foi palco de intensas manifestações políticas e ideológicas ocorridas especialmente na cidade do Rio de Janeiro. Neste período, os princípios republicanos, que haviam se firmado definitivamente na política brasileira, ganharam a companhia do abolicionismo, e passaram a ser discutidos e difundidos não só por meio de panfletos e jornais, mas também em discursos que eram proferidos nos cafés, ou em praças públicas. A prática política deixava de estar confinada aos salões do Congresso e avançava em direção à rua, espaço onde também se desenvolvia a opinião pública. Como ressaltou Mello,

“A rua foi ressignificada. Adquiriu um sinal positivo como o espaço do uso público da razão – da crítica, nos termos da época – e como o lugar da verdadeira representação popular. A rua passou a disputar, e vantajosamente no final da década, com o Parlamento o *locus* do fazer

3 LESSA, op. cit., p. 38.

político, num claro avanço do conteúdo republicano que a experiência do Primeiro Reinado e da Regência hesitou em assumir.”⁴

É importante ressaltar que, neste mesmo período, o progresso se firmava como tópico fundamental para o pensamento político, científico e social, configurando-se como uma espécie de “religião leiga”⁵. Uma das doutrinas mais difundidas no país ao final do século XIX foi o positivismo, o qual conquistou importantes adeptos principalmente entre os militares, e se fundava sobre dois pressupostos básicos: “a evolução escalonada da história e o cientificismo”⁶.

Para os seguidores de Augusto Comte, a história deveria ser entendida como uma sucessão de etapas, todas orientadas em direção à evolução, à civilização e ao progresso. A monarquia, caracterizada pela escravidão e pela profunda ligação entre Estado e Igreja seria, portanto, uma etapa histórica que precisava ser superada o quanto antes. Somente através do estabelecimento de um governo positivo, onde o poder seria exercido por indivíduos dotados de conhecimentos científicos, o país poderia ser guiado rumo à civilização e ao progresso.

Nesta peleja contra o Império e o atraso, o positivismo brasileiro defendia três princípios, os quais foram apresentados no programa da Igreja Positivista, publicado em 1881:

“a) lutar pela transformação política do país de Império em República; b) preparar a separação de Igreja e Estado, mediante a instituição do casamento civil e da secularização dos cemitérios; c) completar a obra de emancipação dos escravos”⁷.

Ainda que não tenham conseguido impor seu modelo político caracterizado pela ditadura cientificista aos Estados Unidos do Brasil, os positivistas exerceram grande influência sobre a linguagem política⁸ republicana. Segundo Cristina Buarque de Holanda,

4 MELLO, op. cit., pp. 29-30.

5 M. de S. Neves, “Os cenários da república: O Brasil na virada do século XIX para o século XX” in FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs), *O tempo do liberalismo excluyente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*, p. 24.

6 MELLO, op. cit., p. 95.

7 Id. Ibid., p. 97.

8 Utilizamos aqui o conceito de linguagem política desenvolvido por John G. A. Pocock, que a caracteriza como “uma estrutura complexa abrangendo um vocabulário, uma gramática, uma retórica e um conjunto de usos, pressupostos e implicações que existem juntos no tempo” -

“Embora essas ideias não tenham moldado o texto da Constituição de 1891 e o liberalismo tenha afinal definido os termos desse primeiro experimento legislativo republicano, o positivismo instituiu importante repertório de expectativas com relação aos usos da política. A descrição do cidadão republicano esteve associada às qualidades por excelência do sujeito positivista”⁹.

Influenciada pela estrutura política norte-americana, a Constituição Republicana de 1891 estabeleceu o presidencialismo, com mandatos de quatro anos, e o federalismo, permitindo aos estados que tivessem suas próprias Constituições, contraíssem empréstimos no exterior, constituíssem forças públicas armadas e uma justiça própria, subordinada à Justiça Federal. No entanto, cabe ressaltar que esta autonomia somente foi experimentada pelos estados mais ricos, cuja economia estava voltada para a produção, em grande escala, de gêneros para a exportação e que os tornavam verdadeiramente influentes na gestão do poder. Isso porque as rendas do estado eram oriundas dos impostos cobrados sobre as exportações.

Assim, se no campo político a proclamação trouxe importantes transformações, no tocante à estrutura econômica, o Brasil republicano apresentou poucas mudanças em relação ao período anterior. O país continuou sendo majoritariamente rural, mantendo o café como principal produto da pauta de exportações e importando boa parte dos produtos industrializados consumidos por aqui.

À fragilidade inerente a uma economia que se pautava na exportação de produtos primários, somou-se o desastre provocado pela política econômica adotada durante o governo provisório. Pensado por Rui Barbosa, então ministro da Fazenda, o ‘Encilhamento’, como ficou conhecida tal política, visava ampliar os investimentos na economia e favorecer a industrialização através da ampla concessão de empréstimos a juros baixíssimos. Contudo, sem o devido controle e fiscalização, aquilo que deveria fortalecer a economia nacional acabou gerando uma grave crise especulativa.

POCOCK, John G.A. “Conceitos e discursos: uma diferença cultural – Comentário sobre o *paper* de Melvin Richter” in JASMIN, Marcelo Gantus e JUNIOR, João Feres. *História dos conceitos: debates e perspectivas*, p. 83.

9 C. B. de Hollanda, *Modos da representação política: O experimento da Primeira República Brasileira*, p. 75.

À especulação na bolsa de valores somou-se, segundo Franco e Lago, uma severa crise de liquidez, fruto da adoção do padrão-ouro e de sua incompatibilidade com um período em que a necessidade de meio circulante ampliara-se significativamente, devido à crescente necessidade de pagar salários, em especial na região cafeeira, com o fim da escravidão.¹⁰

“As consequências não se fizeram esperar. Desde logo, houve enorme encarecimento dos produtos importados devido ao aumento da demanda e ao consumo conspícuo dos novos ricos. A seguir, a inflação generalizada e a duplicação dos preços já em 1892. Ao mesmo tempo, começou a queda do câmbio, encarecendo mais ainda os produtos de importação que na época abrangiam quase tudo.”¹¹

Ao mesmo tempo em que os preços subiam, os salários se viram freados pela abundância de mão-de-obra proporcionada pelo afluxo de imigrantes para aquela região, o que agravava ainda mais a crise.

Entre os anos de 1895 e 1898 o Brasil sofreu uma grave crise econômica, decorrente da desvalorização do café no mercado internacional. Dentre as causas para a crise identificadas pelos contemporâneos estava a atuação dos intermediários, os quais praticariam a especulação, forçando, assim, a queda dos preços e a superprodução. Esta seria decorrente dos grandes investimentos feitos por ocasião do ‘Encilhamento’ e que começavam, ali, a dar os primeiros resultados. Já neste momento foram apresentadas propostas de intervenção federal na economia com o objetivo de conter os prejuízos causados pela queda dos preços, mas ainda sem sucesso. Coube a cada um dos estados produtores tomar as medidas consideradas adequadas—, tais como a redução dos impostos de exportação e a criação de impostos territoriais.

O Convênio de Taubaté representou, portanto, um momento de inflexão na política econômica da Primeira República, na medida em que foi um momento em que se rompeu com os princípios liberais, dominantes até então, e buscou-se uma intervenção mais efetiva do Estado na economia.

A reunião do Convênio de Taubaté foi motivada pela previsão de uma safra recorde de café em 1906. Temendo a concretização de tal possibilidade, os estados se apressaram em organizar um programa de intervenção, voltado para a

10 Ver Gustavo H. B. FRANCO e Luiz Aranha Corrêa do LAGO. “O processo econômico / a economia da Primeira República”, in L. M. Schwarcz, *A abertura para o mundo: 1889-1930*.

11 J. M. de Carvalho, *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, p. 20.

estabilização dos preços do café, mas este precisaria da participação da União para se tornar realidade.

O Convênio estabeleceu assim um preço mínimo para a venda do café no mercado internacional e criou uma ‘bolsa de café’, responsável pela classificação dos tipos do produto, atividade que antes ficava a cargo de entidades estrangeiras. Além disso, previu a aplicação de altos impostos sobre os grãos de qualidade inferior, com o objetivo de promover a diminuição progressiva do plantio destas variedades, ao mesmo tempo em que se investiu na propaganda internacional destinada a promover o café de alta qualidade. Por fim, o Convênio previu também a obtenção de um empréstimo de 15 milhões de libras, o qual seria pago com os recursos obtidos através da aplicação de novos impostos.

“A entrada de volumoso capital estrangeiro no mercado poderia causar grande elevação cambial, o que provocaria a absorção de todos os eventuais lucros derivados da valorização, pela conversão monetária. Para evitar esta eventual perda, foi criado um instituto regulador do câmbio, conhecido como ‘Caixa de Conversão’, para a garantia da estabilidade cambial. Este ponto foi objeto de controvérsias, principalmente por parte das elites políticas convertidas à ortodoxia econômica.”¹²

Tal proposta não contava com o apoio do então presidente da república, o paulista Rodrigues Alves, membro da ‘elite política convertida à ortodoxia econômica’, a qual era radicalmente contrária ao controle artificial do câmbio por parte do governo, descrita por Viscardi. Por este motivo, o presidente vinculou a aprovação da proposta do Convênio à sua divisão em duas partes, a do controle dos estoques através da aquisição do café pelo governo, e a da Caixa de Conversão. Desta forma seria possível aprovar a valorização do café e impedir a criação da Caixa de Conversão.

Temendo que o presidente recusasse os dois projetos, os membros do Convênio cederam e optaram por dividir a proposta, ficando a da Caixa de Conversão pendente até o mandato seguinte. Apesar de apoiar a criação da Caixa de Conversão, Afonso Pena não abria mão de uma postura econômica responsável, baseada na defesa das finanças públicas e na estabilidade da moeda nacional. “Esta posição, a meio caminho entre a ortodoxia dos Presidentes

12 C. M. R. Viscardi, *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”*, p. 155.

paulistas e o papelismo dos primeiros anos da República, era chamada, por ele próprio, de ‘protecionismo moderado’¹³.

A redação final do acordo proposto pelo Convênio de Taubaté fixava o preço do café em mil-réis, e não mais em francos, e atribuía aos estados pactuantes a responsabilidade de recolher a sobretaxa destinada a honrar os empréstimos necessários. Com estas e outras mudanças, a União deixava de ter o papel de protagonismo no acordo, conforme previsto na proposta inicial, o qual passava a pertencer aos estados. Tal postura se deveu, principalmente, ao interesse do presidente Afonso Pena em preservar as finanças nacionais, as quais poderiam se ver severamente abaladas pela política de valorização nos termos propostos por São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

A preponderância dos interesses dos cafeicultores sobre a nação não se resumiu às questões de caráter econômico. Na política eles também exerceram uma influência significativa, mesclando-se com as diversas ideologias presentes na Primeira República, e criando uma estrutura singular. O resultado foi a construção de instituições políticas que, apesar das influências positivista e democrática, mostravam-se, na prática, excludentes e concentradoras.

Embora não tenha sido possível estabelecer uma ditadura positivista como forma de governo, essa corrente ideológica influenciaria decisivamente diversos campos da política brasileira durante a Primeira República. Este foi o caso da legislação eleitoral estabelecida pela Constituição de 1891. O direito de voto era vinculado à alfabetização do indivíduo, numa clara referência à necessidade de contar com indivíduos bem preparados para exercerem seus direitos políticos de modo a beneficiar a nação. Além disso, foi também instituído o voto aberto, já que “o eleitor ideal deveria ter coragem e condições de sustentar suas convicções políticas, configurando um modelo ‘heroico’ de cidadania”¹⁴.

“Apesar do princípio da independência dos poderes, a constituição conferia atribuições dilatadas ao Legislativo, que aprovava o orçamento federal e tinha o poder de criar bancos de emissão e empregos públicos federais, de decidir sobre a organização das Forças Armadas, além do direito exclusivo de verificar e reconhecer os poderes de seus membros”¹⁵.

13 Id. Ibid. p. 162.

14 H. Mattos. “A vida política”, in SCHWARCZ, op. cit., p. 93.

15 Id. Ibid., p. 92.

Com o tempo foi, porém, a estrutura de apuração e verificação de votos da Primeira República que se mostrou mais importante do que o próprio voto popular. Cabia ao Legislativo a responsabilidade do reconhecimento da vitória dos candidatos nas urnas e, portanto, ele tinha o poder, no limite, de banir a oposição, mesmo quando esta contasse com a maioria dos votos populares.

Durante toda a república a substituição do presidente se configurou como um momento no qual as alianças entre os estados se viam rediscutidas de acordo com as circunstâncias e os interesses de cada um. No entanto, estas negociações geralmente ocorriam apenas entre os membros da elite política e antes mesmo da oficialização das candidaturas, limitando-se assim, bastante, o espaço de atuação da população.

Diante deste quadro, a campanha presidencial de 1909-1910 pode ser entendida como um primeiro momento em que se permitiu, efetivamente, ampliar a disputa eleitoral no Brasil. A suspensão temporária do acordo sucessório vigente no país, segundo o qual o presidente em exercício tinha influência direta sobre a escolha do seu sucessor, abriu essa disputa. Conforme ressaltou Souza,

“A Constituição instaurou, por outro lado, o presidencialismo. Fez assim a passagem de um regime monárquico, que resguardava contra os interesses da política o posto do chefe supremo da nação, para uma estrutura que se firma e revigora nas sucessões presidenciais, momentos decisivos da vida política que se inaugurava.”¹⁶

As articulações para a escolha dos candidatos sempre levavam em consideração os interesses políticos dos estados mais importantes, os quais geralmente eram divergentes, como destacou Viscardi: Minas Gerais, dotado da maior bancada legislativa e São Paulo, centro econômico do país¹⁷. No entanto, a presença de outras oligarquias na disputa também era frequente e, na maior parte das vezes, as chapas eram decididas através das relações estabelecidas entre as lideranças dos estados mais importantes e dos considerados de ‘segunda grandeza’. Como reconheceu Souza,

16 M. do C. C. de Souza, “O processo político-partidário na Primeira República”. In Carlos Guilherme Mota (org.). *Brasil em perspectiva* p. 163.

17 Em seu livro “O teatro das oligarquias: uma revisão da política do ‘café com leite’”, Viscardi defendeu que não existiu uma ‘política do café com leite’, na medida em que São Paulo e Minas Gerais atuaram em lados opostos na política nacional até, pelo menos, meados da década de 1910.

“Num sistema onde estavam ausentes partidos nacionais, o encaminhamento sucessório assumia uma forma bastante complexa. A estrutura partidária de cada Estado tornava-se ponto fundamental na determinação da importância que competia a cada um deles.”¹⁸

O novo cenário de impasse, com a presença de dois candidatos com condições efetivas de vencerem o pleito, faria com que a escolha do novo presidente deixasse de ser apenas uma formalidade destinada a ratificar os interesses da situação. Agora parecia ser possível, a disputa entre ideias divergentes e, eventualmente, uma disputa entre dois projetos distintos de nação.

Além disso, a campanha também foi palco de uma mudança na correlação de forças da política nacional, consolidando no primeiro plano da ação dois estados até então considerados de menor importância, a saber, Bahia e Rio Grande do Sul.

Para entender o processo que levou à presença de dois candidatos viáveis nas eleições presidenciais de 1909-1910, é preciso voltar ao pleito anterior, o qual conduziu o mineiro Afonso Pena ao poder.

“A sucessão de R. Alves se caracterizou por ter sido o primeiro evento em que novos estados-atores alteraram as regras de distribuição de poder em vigor. Entre os mais proeminentes, na efetivação de tais mudanças, estava Minas Gerais. Após ter passado por um arrefecimento de suas lutas internas, o estado tornou-se apto a disputar, com São Paulo e os demais estados, o controle sobre o regime republicano.”¹⁹

A eleição que levou Afonso Pena ao poder transcorreu sem maiores problemas, e sua vitória foi reconhecida sem contestação. Isso porque todas as disputas haviam ocorrido antes, no momento da escolha do candidato, não restando concorrência para ele no pleito.

Num primeiro momento Pinheiro Machado, líder da bancada gaúcha e hábil articulador político, decidira lançar a candidatura de Campos Sales, com o objetivo de desestabilizar Bernardino de Campos, lançado como candidato da situação. Este, no entanto, vinculou a sua candidatura à aceitação de todos os estados que compunham a base governista, o que não ocorreu. Contando com o apoio do Catete, o político paulista não foi capaz de reunir muitos aliados, na medida em que Rodrigues Alves encontrava-se praticamente isolado ao final de

18 M. do C. C. de Souza, op. cit., p. 187.

19 C. M. R. Viscardi, op. cit., p. 73.

seu mandato devido à crise econômica, à sua oposição às medidas propostas pelo Convênio de Taubaté e à dura repressão aos movimentos populares ocorridos na cidade do Rio de Janeiro naquele ano.

A opção do Rio Grande do Sul em aliar-se a Minas Gerais, ocorrida após a recusa de Campos Sales em concorrer à presidência, era parte de sua estratégia política uma vez que, na ausência de um candidato próprio, restava apoiar aquele que melhor atenderia aos seus interesses. Dada a pequena força política da Bahia e à debilidade da candidatura de Rui Barbosa, incapaz de unificar seu estado natal, os políticos gaúchos preferiram manter-se ao lado de Minas Gerais, abraçando a candidatura de Afonso Pena. A aliança entre Minas Gerais e Rio Grande do Sul deixou clara a mudança de estratégia política ocorrida a partir de 1904-1905:

“Antes, os estados dissidentes reuniam-se em torno de nomes próprios. Agora, o que os unia era um elemento muito mais forte, qual seja, a possibilidade de impedir a monopolização da Presidência da República por São Paulo.”²⁰

A candidatura de Afonso Pena foi lançada por um manifesto redigido por Rui Barbosa, que retirou sua candidatura com o objetivo de apoiar a Coligação que se formava contra o Catete, e assinado por políticos de estados membros da Coligação. Este trazia, principalmente, críticas ao governo de Rodrigues Alves e às suas tentativas de interferir na eleição de seu sucessor. O situacionismo paulista, que havia aderido à campanha de Pena apenas diante da desistência de Bernardino de Campos de concorrer à presidência, não foi signatário do manifesto, levantando dúvidas sobre a sinceridade da adesão do estado à Coligação. Segundo Viscardi,

“A intenção dos paulistas era a de permanecer com o controle sobre a República e só se afastaram desse intento por terem sido derrotados por uma inesperada aliança entre pequenos, médios e grandes estados. Permanecer na oposição era sempre um risco, que São Paulo não poderia correr. Aderir ao nome mineiro foi então um mal menor.”²¹

Eleito graças a uma coalizão entre as elites políticas de Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Paraná, Amazonas e Rio Grande do

20 Id. Ibid., p. 96.

21 Id. Ibid., p. 102.

Norte, e com discreto apoio de São Paulo, Afonso Pena não se manteve ligado aos grupos que o apoiaram na eleição. Ao invés disso, ele buscou estabelecer um governo independente das suas bases políticas, associando-se a uma parcela restrita da política mineira, a qual ficou conhecida como ‘Jardim da Infância’ devido à juventude e à pouca experiência política de seus integrantes. Tal atitude fez com que o governo Pena se mostrasse bastante instável e fragilizado, e tornou inviável o lançamento da candidatura de David Campista, ministro da Fazenda de Pena e seu escolhido para a sucessão presidencial.

Além disso, o governo Pena também enfrentou uma severa crise econômica, iniciada ainda no mandato anterior, quando precisou viabilizar a política de valorização do café proposta pelo Convênio de Taubaté também durante o governo de Rodrigues Alves.

O caminho encontrado para a valorização do café foi a regulação da oferta através da compra do produto pelo governo com recursos obtidos em empréstimos externos. No entanto, a entrada de capitais na economia brasileira poderia gerar mudanças no câmbio as quais invalidariam as medidas propostas pelo convênio. Para solucionar tal impasse deveria ser criada também uma Caixa de Conversão, a qual manteria, forçadamente, a estabilidade cambial. Tal medida não foi prontamente aceita pelo então presidente, Rodrigues Alves, o qual recusava-se a manter o câmbio regulado artificialmente, conforme previa a proposta de criação da Caixa de Conversão.

Como suas arrecadações tinham origens diversas, estados e União tinham interesses antagônicos quanto à política cambial: enquanto a União, cujas rendas estavam baseadas na importação, beneficiava-se da valorização da moeda nacional, os estados cafeeiros preferiam que esta fosse cotada a valores inferiores às moedas estrangeiras.

Contudo, não era só o presidente que se colocava contra a proposta. Os outros estados, que não dependiam diretamente da produção de café, enxergavam tais medidas antiliberais como prejudiciais ao país, e temiam que as finanças da União fossem desestabilizadas com o objetivo de prestar auxílio a algumas unidades da federação.

Fortemente dependente da exportação de café, responsável por cerca de 60% de sua arrecadação, o estado de São Paulo associou-se a Afonso Pena e a Rui Barbosa tendo como horizonte a aplicação das medidas propostas pelo Convênio

de Taubaté e a manutenção de uma política econômica favorável. No caso da eleição de 1909-1910, o principal motivo para a oposição paulista ao Marechal Hermes da Fonseca era o temor de que, por sua fraca aliança com a política paulista e com os interesses daquele estado, o militar realizasse mudanças na política de valorização do café.

A morte de Afonso Pena foi o golpe final sobre a candidatura de David Campista. Ainda que contasse com o apoio tímido da bancada paulista, interessada na manutenção da política econômica, sem o apoio pleno de Minas Gerais e agora sem o respaldo presidencial, não restava outra opção para os partidários do ministro da Fazenda a não ser desistir da disputa.

Assim como havia ocorrido no pleito anterior, Pinheiro Machado decidiu lançar um candidato de oposição, com o objetivo de garantir ao seu estado uma posição de destaque na política nacional. O escolhido foi o então ministro da Guerra, marechal Hermes da Fonseca. Apesar de não ser dono de uma longa carreira política, Hermes possuía duas características a seu favor: era gaúcho e membro do Exército Brasileiro. Sendo assim, ele conseguiria atrair a caserna para a sua base política, contribuindo para o intuito de Pinheiro Machado. Este foi o responsável também pela rearticulação do Bloco, mesmo grupo que havia sido responsável pela eleição de Afonso Pena, o qual reunia-se agora em torno do candidato militar.

Cabe ressaltar que o fato de Hermes da Fonseca ser um marechal do Exército Brasileiro foi, ao mesmo tempo, benéfico e prejudicial ao candidato. Isso porque, ao mesmo tempo em que tornou a caserna parte de sua base política, ampliando-a significativamente, foi o ponto de partida para a organização de uma oposição liderada pelo político e jurista baiano Rui Barbosa.

Contando apenas com parte de seu estado, que encontrava-se dividido entre a influência dele e de J.J. Seabra, seu principal adversário na região, Rui lançou-se como candidato de oposição, tendo Albuquerque Lins como seu companheiro de chapa. Ao fazer de Lins seu vice-presidente, o candidato civilista buscava conquistar definitivamente o apoio do estado de São Paulo, o qual já havia se manifestado contrário a Hermes da Fonseca enquanto Campista ainda era candidato.

Jurista de renome e político tradicional, Rui Barbosa fora eleito deputado pela primeira vez em 1878 e, meses antes da proclamação, descontente com o

Partido Liberal, havia aderido ao movimento republicano. Ele fazia parte desta comunidade política republicana criada ainda durante o Império, a que tinha como seus princípios mais caros a defesa do republicanismo, do federalismo e da liberdade – considerados fundamentais para o estabelecimento do que Rui Barbosa considerava um regime ordeiro voltado para o progresso e a civilização.

Apesar de não ter a mesma tradição política de seu concorrente, o marechal Hermes da Fonseca esteve presente nos bastidores da política desde a proclamação. Destacou-se durante a presidência de Affonso Penna, quando ocupou o cargo de ministro da guerra e sua ascendência ilustre também contou pontos para a sua candidatura – afinal Hermes era sobrinho do fundador da República brasileira, o marechal Deodoro da Fonseca.

Os discursos, uma das mais importantes estratégias de difusão de ideias utilizadas durante a campanha presidencial de 1909-1910, tinham como objetivo sensibilizar o público para o programa apresentado pelo candidato, além de construir para este e sua plataforma uma imagem mais favorável que a do concorrente. Tal operação só se tornava possível quando políticos e eleitores faziam parte da mesma comunidade linguística e utilizavam um idioma comum para a comunicação de suas ideias. É importante ressaltar que, por fazerem parte dessa mesma comunidade política, ambos os candidatos partilhavam também alguns princípios, o que tornava as suas propostas menos antagônicas do que poderiam parecer à primeira vista.

Desde a década de 1870, conforme já foi dito anteriormente, uma linguagem política republicana vinha se construindo no Brasil. Nela, junto aos princípios republicanos, difundiam-se outros, abolicionistas, liberais, democráticos e positivistas, os quais se tornariam elementos compositivos da mesma e passariam a ser partilhados por uma determinada comunidade política.

Presente no vocabulário político brasileiro desde o século anterior, o republicanismo institucionalizou-se a partir da década de 1870, após a formação do Partido Republicano. Tal partido demonstrava, desde a sua criação, uma estreita ligação com o liberalismo, tanto em suas ideias quanto em seus quadros. Boa parte dos signatários do Manifesto de 1870 foram antigos membros do Partido Liberal os quais, apesar de estarem descontentes com a monarquia, mantiveram-se fiéis às suas antigas crenças políticas.

O pensamento liberal havia se fortalecido com a chegada da Família Real ao Brasil e com algumas das mudanças significativas ocorridas: a criação de uma tipografia, a abertura dos portos, a autorização para a instalação de manufaturas e a criação de instituições de ensino superior. Mesmo sem que houvesse liberdade de imprensa, começaram a circular no país diversos impressos não oficiais, jornais e panfletos em sua maioria, os quais tornavam possível a divulgação de ideias.

“É nesse período [1808-1822] que começou a se difundir no Brasil uma noção moderna de liberdade, ou seja, não mais a liberdade dos antigos, republicana clássica ou constitucional antiquária, ou de liberdade como privilégio, mas de uma liberdade caracterizada pelos direitos e garantias individuais, baseados em critérios isonômicos.”²²

Apesar da aparente incompatibilidade de ideias entre os liberais, ainda ligados à monarquia, e os membros do Partido Republicano, a associação entre ambos se tornou possível na medida em que, para estes, o foco não estava na instauração de um novo regime político, mas sim na realização pacífica de mudanças que levariam o país ao progresso e ao desenvolvimento.

“No fundo, ainda prevalece a velha opção liberal: cumpre que a reforma se faça para que a revolução não venha. A revolução virá infalivelmente se não se remediarem os erros do presente: melhor, porém, é que se corrijam os erros. (...) A circunstância de militarem então, liberais e republicanos, na mesma trincheira contra um inimigo comum, profligando os mesmos usos e abusos dos governantes, serve para esbater suas diferenças. Tanto mais quanto só giram essas diferenças em torno da questão de forma de governo, e os republicanos não parecem muito pressurosos em ver a vitória de suas ideias. Tendo levado a ousadia ao extremo de renegar o regime dominante, é como se desejassem compensar o atrevimento moderando outras reivindicações”²³.

Se, no início do século XIX, o liberalismo estava ligado a ideias como a liberdade, direitos individuais e autogoverno, ao longo do Império este sofreu importantes transformações. Neste período o liberalismo brasileiro tornou-se conservador e, identificado à ‘direção saquarema’²⁴, passou a defender a preservação da ordem estabelecida, caracterizada pela monarquia e pela exclusão de uma parcela significativa da população do processo político, fosse pela

22 C. E. C. Lynch, “Liberal/liberalismo”. In João Feres Júnior (org.), *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*, p. 144.

23 S. B. de Hollanda, *O Brasil Monárquico*, v.7: do Império à República, p. 302.

24 I. R. de Mattos, “Do Império à República”, p. 166.

escravidão ou pela instituição do voto censitário. No Império do Brasil, liberalismo e monarquia caminhavam lado a lado. Por este motivo, em muitos casos, a adesão ao movimento republicano em fins do século XIX representava muito mais um desejo de fazer oposição ao governo, ou mesmo uma insatisfação com o Partido Liberal, do que uma identificação plena com os ideais republicanos. Rui Barbosa, liberal convicto, somente se filiou ao Partido Republicano meses antes da proclamação, motivado pela recusa de seu partido em aceitar as suas propostas de reformulação do programa, ligadas, sobretudo, ao federalismo.

Igualmente presente no pensamento político brasileiro, a democracia apresentava aqui uma característica bastante singular e o conceito era usado de forma intercambiável com o de república. Rui Barbosa era um dos poucos, no Brasil de fins do século XIX, que não entendiam democracia e república como sinônimos, e enxergava a possibilidade de democratizar a monarquia. Isto seria possível através da implementação do federalismo e do respeito ao direito de reunião dos republicanos.

“Em Rui, democracia era uma extensão do liberalismo, ou seja, uma ampliação tanto da representação quanto das liberdades. Distinguiu ele a democracia liberal da democracia socialista, porque se centrava esta no princípio da igualdade absoluta, princípio que rejeitava.”²⁵

Até aquele momento, a proposta republicana somente havia estado presente em movimentos de cunho regional, e sempre como antagonista do regime estabelecido. No entanto, nas últimas décadas do Império, houve a incorporação de indivíduos declaradamente republicanos aos quadros da burocracia estatal. Tal fato, ao lado da ideia de que era possível modificar a realidade política sem, necessariamente, modificar o regime, demonstra uma postura mais flexível dos republicanos em relação à monarquia.

Segundo Melo, em fins da década de 1880, havia no Brasil uma cena política bastante rica, a qual contava com monarquistas e republicanos de diversos matizes, como os radicais partidários das ideias de Silva Jardim e os moderados membros do Partido Republicano. Conforme citado anteriormente, havia também outra corrente política importante, o positivismo, a qual contava com adeptos principalmente entre os militares.

25 M. T. C. de Mello, *op. cit.*, p. 139.

A Guerra do Paraguai havia trazido o exército para o primeiro plano da cena política brasileira, na medida em que este grupo passou a exigir a sua participação no processo de tomada de decisões, e não apenas na defesa da nação. Bastante difundido na Escola Militar, o positivismo preconizava a supremacia da matemática e das ciências físicas em relação às outras disciplinas e a necessidade de se entregar aos cientistas a condução da sociedade, afim de que ela pudesse alcançar o próximo estágio na sua evolução.

Segundo os cânones positivistas, o espírito humano haveria passado por três fases: a teológica ou fictícia, na qual a interferência divina era apontada como explicação para os acontecimentos; a metafísica ou abstrata, “quando as explicações passaram a ser buscadas através de abstrações imanentes ao objeto”; e a científica ou positiva, na qual a inteligência passou a investigar não os fenômenos, mas as leis gerais da natureza, através da filosofia.²⁶

“Após a década de 1870, a identidade da jovem oficialidade passou a ser composta pela valorização do mérito e pela mentalidade cientificista, fatores que a inclinavam ao republicanismo, como o regime político da igualdade e da ciência”²⁷.

Sendo assim, republicanos e positivistas tornaram-se aliados no projeto de pôr fim à monarquia brasileira e instaurar uma república. Tal aliança prévia tornou possível a derrubada do regime imperial pelos militares em 15 de novembro de 1889.

A inauguração do novo regime deu início a um período de grande politização, na medida em que era necessário, a partir daquele momento, construir um novo edifício institucional, capaz de dar conta dos anseios dos diversos grupos políticos envolvidos no processo. Dentre os membros do Exército brasileiro esta era crescente, e ideias como a do *soldado-cidadão* passaram a permear os discursos. Para eles, os militares, ao contrário dos bacharéis, conseguiriam unir o conhecimento científico ao patriotismo e à ação, o que os tornaria mais aptos a assumir o controle do país.

“Com a Proclamação da República, o Exército tornou-se um grupo de pressão e a *mocidade militar* da época se considerava mais instruída e

26 M. T. C. de Mello, op. cit., p. 96.

27 Id. Ibid., p. 38.

preparada para a modernização do país do que os bacharéis, impregnados pela literatura que, através da oratória como método político, valorizavam o discurso em detrimento das soluções práticas. Por sua vez, os militares recorriam à doutrina do *soldado-cidadão*, que levou à politização das Forças Armadas, considerando-se *homens de ação*, patriotas e honestos que conquistavam ascensão social através do mérito”²⁸.

Em fins do século XIX fortaleceu-se também a ideia de que a república era parte da tradição americana, que desde o final do século XVIII vinha assistindo à dissolução dos regimes coloniais e a implementação de repúblicas. Sendo assim, a república seria não apenas inevitável, mas também desejada, na medida em que seria consequência da evolução natural da nação brasileira rumo ao progresso e à civilização. “Inscrita nas leis inexoráveis da história como regime político da ciência e da democracia, a república era ‘a mais racional de todas as formas de governo’.”²⁹.

Apesar do impacto que o vocabulário democrático teve sobre a linguagem política brasileira, na medida em que ele era diretamente associado à república, o regime que se constituiu no país após 1889 não possuía uma base popular democrática. Ao contrário, a Constituição de 1891 estabelecia uma significativa restrição ao direito de voto, vinculando-o à alfabetização. Podemos perceber, assim, mais uma vez a forte influência tanto do liberalismo quanto do positivismo, já que ambas as correntes colocavam como condição para a participação política o acesso à educação.

Além do liberalismo, da democracia, da república e do positivismo, uma outra ideia que começou a se tornar recorrente na linguagem política brasileira a partir da primeira década do século XX foi o reformismo.

“A doutrina reformista compreende a mudança social mediante melhorias graduais e fragmentárias, portanto, sem substituir o sistema de relações sociais e de produção e pode até significar uma regressão”³⁰.

Esta possuía estreita relação com a ideia de ordem, tão cara à política brasileira. Desde a proclamação, a república brasileira era apresentada como sinônimo de ordem, na medida em que a mudança de regime tinha ocorrido sem o

28 V. L. B. Borges, *A batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na primeira república*, p. 82.

29 M. T. C. de Mello, op. cit., p. 148.

30 V. L. B. Borges, op. cit., p. 137.

derramamento de sangue. Sendo assim, a reforma viria, justamente, reforçar este traço da política nacional, pois permitiria que as transformações consideradas necessárias ocorressem sem a completa desestruturação do edifício institucional.

Na Campanha Civilista a ideia de reforma se fez presente especialmente nos discursos de Rui Barbosa e de seus partidários. Estes identificavam a necessidade de reformar a Constituição de 1891 para que esta se tornasse mais adequada à realidade do país naquele momento. No entanto, sua intenção era propiciar a realização de mudanças pontuais, tais como a ampliação do direito de voto e o saneamento do processo eleitoral, as quais não atingissem o cerne do texto constitucional, e não colocassem em risco o regime republicano ou mesmo os seus princípios liberais.

Podemos perceber, portanto, que as ideias centrais para o vocabulário político republicano, tais como o republicanismo, o liberalismo, o positivismo e a democracia não eram novidade no pensamento político brasileiro. O que caracterizou esta linguagem foi, pois, a articulação estabelecida entre tais elementos e a construção, a partir destes, de um conjunto de códigos compreendidos por um determinado grupo social e político estabelecido no Brasil na passagem do século XIX para o século XX.